

caderno de retorno

A Luta pela Terra, Água, Florestas e o Direito: um marco na história do Programa de Formação Permanente do IPDMS

The Struggle for Land, Water, Forests and Law: a milestone in the history of the IPDMS Ongoing Training Program

Kerley Diane Silva dos Santos¹

¹ Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, Pará, Brasil. E-mail: kerley.santos@ufopa.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3409-0297>.

Submetido em 14/06/2022

Aceito em 21/06/2022

Como citar este trabalho

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, v. 8, n. 2, jul./dez. 2022, Brasília, p. 505-510.

insurgência

InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais | v. 8 | n. 2 | jul./dez. 2022 | Brasília | PPGDH/UnB | IPDMS
ISSN 2447-6684

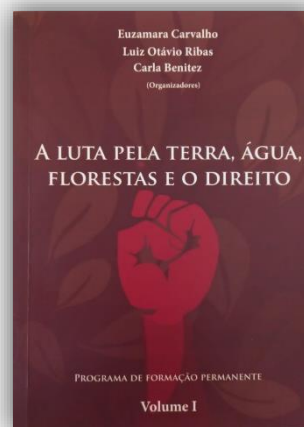


Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons 4.0.
Este trabajo es licenciado bajo una Licencia Creative Commons 4.0.
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0.

A Luta pela Terra, Água, Florestas e o Direito: um marco na história do Programa de Formação Permanente do IPDMS

Resenha de

CARVALHO, Euzamara de; RIBAS, Luiz Otávio Ribas e BENITEZ, Carla. *A Luta pela Terra, Água, Florestas e o Direito*. Goiânia: Kelps, 2017, 220 p.



Ler *A Luta pela Terra, Água, Florestas e o Direito*, obra organizada por Euzamara de Carvalho, Luiz Otávio Ribas e Carla Benitez, é mergulhar no início de um capítulo importante dos 10 anos de história e desafios do Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS): os livros do Programa de Formação Permanente do IPDMS.

A obra que temos em mãos é um marco, pois se trata do primeiro volume lançado com esse título e dentro da proposta do que hoje são os cadernos do Programa de Formação Permanente do IPDMS. Cadernos que desde início foram pensados como uma forma de dar visibilidade à produção teórica e as temáticas abordadas por pesquisadoras e pesquisadores vindos do campo e de populações tradicionais.

Vinte e oito mãos, dez artigos

O livro *A Luta pela Terra, Água, Florestas e o Direito* é constituído por dez artigos escritos por catorze estudantes das turmas de Direito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Obra de autoria coletiva, originalmente, fruto dos trabalhos preparados para o *I Encontro Nacional dos Direitos Humanos Contra a Criminalização dos Movimentos Sociais: luta pela terra, água, florestas e o direito*, que ocorreu em abril de 2017, em Goiânia.

O Encontro marcou os 10 anos da experiência das turmas especiais e reuniu no Campus Samambaia da Universidade Federal de Goiás (UFG), egressos e estudantes de Direito das Turmas de Direito da Via Campesina e do Movimento Sindical, advogados e advogadas, professores, professoras, pesquisadores, pesquisadoras e militantes das causas sociais, dos povos do campo e da floresta para debater a conjuntura política do

Brasil, a democracia e os direitos humanos e o combate à criminalização dos movimentos sociais.

Os artigos que compõem o livro tratam de temáticas como educação jurídica, questão agrária, conflitos socioambientais, massacres no campo, povos e comunidades tradicionais, teorias críticas, criminologia crítica e sistema de justiça. Não há uma divisão de artigos por temáticas, mas isso em nada impede a compreensão da obra. Alguns eventos e alguns dados já estão desatualizados no livro, tendo em vista a época da elaboração publicação dos trabalhos, o que não prejudica a leitura do livro. Pelo contrário, nos faz pensar na própria dinâmica dos movimentos sociais e dos conflitos.

O artigo que abre o livro é *O Pronera visto por dentro: reflexões e análises sobre a turma de direito da UFPR*, escrito por Jeferson Pereira e Rafaela Miranda. Neste artigo somos apresentados a formação e organização interna da Turma de Direito do PRONERA Nilce de Souza Magalhães, iniciada em 2015, na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Os pesquisadores com muita propriedade enfatizam a formação própria e original da turma e as trajetórias dos alunos e os contextos que os levaram a optar pelo curso de Direito.

Em seguida, somos apresentados com a leitura de uma resenha crítica da obra *Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política*, de Norberto Bobbio, escrita por Saulo Lúcio Dantas. Para além da própria compreensão do autor sobre a obra de Bobbio, é muito interessante o seu posicionamento quanto a temática do desenvolvimento social, da efetivação de políticas públicas e da necessidade de organização e de um diálogo permanente entre os movimentos sociais independentemente do cenário político no qual estejamos inseridos.

Já em *Os cursos de direito no Pronera e a pedagogia da alternância - Turma Elizabeth Teixeira UEFS-BA: uma experiência em construção*, Aldenir Gomes da Silva e Américo Barbosa do Nascimento nos falam da experiência de cursar Direito pelo Pronera, dos desafios da vivência da pedagogia da alternância a partir dos espaços educativos e a origem dos estudantes e nos apresentam recortes históricos da educação no Brasil e da primeira experiência de uma turma de direito do Pronera.

Mergulhado na temática dos conflitos ambientais ligados aos agrotóxicos, Cleber Adriano Rodrigues Folgado nos apresenta o artigo *Agrotóxicos: elemento de conflito socioambiental e o desmonte do sistema normativo regulatório*. Em que pese algumas informações datadas, tendo em vista o avanço dos Projetos de Lei (PL) sobre o uso de agrotóxicos no Brasil, é muito importante o alerta que o pesquisador faz do certo jogo de conveniências existente entre o governo brasileiro e as empresas e empreendimentos, interessados no desmonte do sistema normativo de agrotóxicos.

O quinto artigo do livro trata de um caso emblemático de violação de direitos humanos e de violência no campo: o Massacre de Corumbiara. Intitulado *Caso*

Corumbiara, o texto escrito por Alex Possamai e Claudinei Lúcio Soares dos Santos nos convida a refletir, a partir do Massacre de Corumbiara, sobre as situações concretas de violações de direitos humanos que tem como centro a luta pelo direito à terra no estado de Rondônia. Um artigo interessante, porque apresenta não apenas o contexto do massacre, mas também carrega uma reflexão sobre as repercussões do massacre no âmbito do judiciário e da vida dos sobreviventes.

Por sua vez, o artigo *Decreto 4.887/2003: uma discussão sobre a constitucionalidade e jurisdição da regularização de territórios quilombolas - Notas De Uma Jovem Quilombola Estudante De Direito*, de Isabela da Cruz, nos traz o olhar pessoal e crítico da pesquisadora sobre a luta dos quilombolas pela titulação das terras ocupadas por suas comunidades.

A autora se debruça, particularmente, sobre Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3239, proposta pelo atual União Brasil, que questionava o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas, conforme estabelecido pelo Decreto nº 4.887 de 2003. Ação que, em 2018, foi julgada totalmente improcedente e tornou-se um marco histórico da luta dos remanescentes de comunidades quilombolas no Brasil.

O sétimo artigo intitulado *Direito Achado Na Rua E Educação Do Campo As Escolas Famílias Agrícolas*, de Edlange de Jesus Andrade, bebe na fonte do “Direito Achado na Rua”, para falar da luta dos movimentos sociais do campo na busca por uma educação constituída de acordo com a realidade e a peculiaridades desses movimentos. A autora também, nos propõe a reflexão sobre o processo histórico da educação do campo, com ênfase na experiência da Escola família Agrícola do Sertão (EFASE).

Já em *A atuação do estado neodesenvolvimentista na reorganização do capitalismo no campo brasileiro: o agronegócio como entrave da reforma agrária*, Cícero Araújo da Silva analisa a relação entre o Estado brasileiro e as contradições nas políticas de reforma Agrária adotadas pelo Brasil. O autor busca compreender as consequências do esvaziamento dessas políticas a partir dos governos Luís Inácio Lula da Silva, analisando a relação do neodesenvolvimentismo com o movimento de reconfiguração do capital sobre a agricultura. Para o pesquisador, é claro que o esvaziamento da questão agrária no Brasil, resulta não apenas das ações governamentais, mas também da imposição de uma agenda agrária determinada pelo mercado financeiro internacional.

O nono artigo do livro é assinado por Celso Rodrigues e *Análise aos direitos humanos afogados*. O curioso título do artigo busca chamar nossa atenção para uma temática muito importante a violação de direitos e a lógica de implantação das

barragens, tanto as ligadas a empreendimentos hidroelétricos, como aquelas destinadas ao consumo humano e a irrigação.

Rodrigues avalia as consequências da instalação e operação de barragens no Brasil, a partir do *Relatório da Comissão Especial de Atingidos por Barragens*. O autor busca compreender não apenas às alterações no modo de vida das populações atingidas pelas barragens, mas também as violações de direitos humanos nas áreas de influência das barragens.

O último capítulo do livro é uma resenha do livro *Introdução à Filosofia Do Direito Dos Modernos Aos Contemporâneos*, de Alysson Leandro Mascaro, escrita por Claudinei L. S dos Santos. Na resenha, Santos sistematiza as principais ideais de Mascaro, os conceitos apresentados no livro e princípios que nortearam cada um dos filósofos que são trabalhados por Alysson Mascaro em *Introdução à Filosofia Do Direito*.

Passados cerca de cinco anos de sua publicação, algumas das informações apresentadas no livro já estão desatualizadas. Em que pese isso, o primeiro volume de *A Luta pela Terra, Água, Florestas e o Direito* não deixa de ser um marco e um importante fruto não apenas para o IPDMS, mas também para as turmas especiais do Programa para Assentados da Reforma agrária e Agricultura Familiar nos cursos de Direito.

Folhear as páginas deste livro é alegrar-se com este projeto de educação do campo, que são as turmas especiais, e com esforço que se tem feito ao longo de todos esses anos para a concretização dessa conquista que são as turmas especiais. É também refletir e pensar na densidade das temáticas que estes pesquisadores nos convidam a compreender, bem como olhar o protagonismo e as situações nos quais eles estão envolvidos com outros olhos.

Abrir esse livro passado tantos anos de sua publicação é olhar o passado, o presente e o futuro com esperança, em que pese o momento de recrudescimento da violência e da criminalização contra os movimentos que temos vivenciado nos últimos anos. A esperança de que o direito deve ser mais democrático e que a produção de conhecimento também, deve ser referenciada nas necessidades, no modo de vida da mulher e do homem do campo e na defesa contra o recrudescimento da criminalização dos movimentos sociais.

Referências

CARVALHO, Euzamara de; RIBAS, Luiz Otavio Ribas e BENITEZ, Carla. *A Luta pela Terra, Água, Florestas e o Direito*. Goiânia: Kelps, 2017. 220 p.

Sobre a autora

Kerley Diane Silva dos Santos

Mestre em Ciências Ambientais pelo Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Amazônia, da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA). É membro associada do Instituto de Pesquisa em Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS). Advogada. Pesquisadora do Grupo de Estudos de Ecologia Histórica e Política nas Bacias do Trombetas, Tapajós e Xingu (GEEPEH).